



# **A luta deita no cimento**

## *a Praia da Estação e sua relação com o poder público*

*Elias Gibran de Valadares Cunha<sup>1</sup>  
Rosimeri Carvalho da Silva<sup>2</sup>*

- .....
- 1 Graduado em processos gerenciais (gestão de organizações do terceiro setor) pela Faculdade de Políticas Públicas da Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: gibran@napele.com.br
  - 2 Dra. pela École de Hautes Études Commerciales, HEC-França, Professora Associada da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## RESUMO

O presente trabalho pretende abordar a ação coletiva Praia da Estação, realizada desde 2010, em Belo Horizonte, analisando a manifestação a partir de uma perspectiva contemporânea, na qual os movimentos e ações sociais vêm adquirindo, em esfera global, novas formas de *performance* e possibilidades de articulação e comunicação internas e na esfera social. O contexto local será importante para a compreensão das motivações, dos desdobramentos e, principalmente, para a análise da relação com o poder público que a Praia da Estação estabelece, bem como da linguagem e das estratégias escolhidas pela ação para se fazer ouvir. Por meio da revisão bibliográfica sobre o tema, o trabalho irá traçar em quais âmbitos esse diálogo entre a Praia da Estação e o poder público foi realizado.

**Palavras-chave:** *Movimentos sociais. Espaço público. Poder público.*

## ABSTRACT

The present work addresses the collective action *Praia da Estação*, held since 2010 in Belo Horizonte, by analyzing such demonstration from a contemporary perspective, in which social movements and actions have acquired new global forms for potential performances, articulations, and internal communication within the social sphere. The local context is crucial when trying to understand motivations, developments, and especially when analyzing the relationship established by *Praia da Estação* with the public power, as well as their chosen language and strategies. By means of a literature review on the subject, the paper will outline in which areas the dialogue between *Praia da Estação* and the public power took place.

**Keywords:** *Social movements. Public place. Public power.*

## INTRODUÇÃO

Fundada em 1897 sob o signo da modernidade, a Belo Horizonte delimitada pela avenida do Contorno foi planejada para unir ideais positivistas de “ordem e progresso” em relação com a sofisticação parisiense. Com essa proposta, que apresentava traços de um projeto de segregação social, os fundadores da chamada “cidade jardim” e os governantes que seguiram os ideais de sua gênese buscaram regulamentar de forma excessiva os usos do espaço público e minimizar essa esfera como arena do conflito.

Belo Horizonte, como outras cidades fabricadas, acenava para um futuro planejado de antemão, onde a preocupação do espaço previa a vida social e a organização política. A distribuição funcional dos bairros, sua hierarquização segundo categorias da divisão do trabalho social, os espaços de convivência, tudo isso traduzia um projeto de organização ‘racional’ da vida urbana, segundo os padrões da época. Mais que o elogiado traçado de suas ruas e praças, na verdade um quadriculado que se amarrorotaria nas encostas, é a utopia de uma sociedade pacata que chama a atenção no plano da nova Capital. (BRANT, 1996, p. 9)

Essa cidade pacata e ordeira é um contrassenso pelo que se entende atualmente como “espaço moderno público e democrático”.

No espaço da cidade moderna, diferentes cidades negociam os termos de suas interações e de fato interagem socialmente a despeito de suas diferenças e desigualdades. Esse ideal de cidade aberta e tolerante às diferenças sociais e às negociações em encontros anônimos cristaliza o que chamo de espaço público moderno e democrático. (CALDEIRA, 2003, p. 307)

A história da cidade, no entanto, demonstra que o consenso em torno desse projeto de pólis nunca foi alcançado e, constantemente, o uso e a ocupação do espaço público dividem, ainda hoje, opiniões e coloca em embate grupos sociais, e estes em embate com o poder público. Os jornais de 1962, por exemplo, mostravam uma população dividida entre os que protestavam contra a derrubada dos ficus da avenida Afonso Pena e os que viam o ato como consequência inevitável do progresso e comemoravam o fim do transtorno com as pragas. (DUARTE, 2007) Em 1977, uma pequena parcela da população era contra o gradeamento do Parque Municipal Américo Renné Giannetti – cujas grades haviam sido retiradas por Juscelino Kubitschek, 30 anos antes. Conforme Góis (2003), JK alegava ser contraditório um parque público cercado. Mais recentemente, em 2003, a opinião pública cindiu-se em torno do projeto de retirada dos camelôs do centro da cidade e consequente criação dos *shoppings* populares.

Nesse contexto, em uma tentativa de controlar o dissenso, as atividades artísticas e culturais, pela potência de suas mensagens simbólicas e pela capacidade de mobilizar um grande número de pessoas, estiveram frequentemente na pauta das políticas públicas regulamentatórias.

Não é de hoje que Belo Horizonte convive com leis e decretos normatizadores do espaço público que dificultam

a realização de atividades culturais nesses locais. A Lei Municipal n263, de 8 de agosto de 1923, em seu artigo 4, estabelecia que ‘os bailes públicos, compreendendo-se como tais os que dependem da licença da polícia para seu funcionamento, pagarão por baile, o imposto de 50\$000 no carnaval e 20\$000 fora desta época’. A intenção de restringir o número de encontros festivos durante o carnaval pode parecer um contrassenso, mas está em sintonia com o DNA forjado para a cidade por alguns setores da sociedade. (MACEDO; MOYSÉS, 2011, p. 30)

Se a Paris moderna criada pela revolução urbana arquitetada por Haussmann no século XIX guiava a construção espacial e simbólica da nova capital, deixando ainda hoje marcas em seu *ethos* social, atualmente essa constituição guia-se pela noção de cidade pós-moderna, centro do consumo e do entretenimento.

Algumas metrópoles buscaram, a partir da revitalização de suas áreas centrais e da ressignificação dos espaços urbanos, atrair novos capitais e outros interesses para seus habitantes e consumidores, como o turismo, entretenimentos culturais e inovações no comércio. Com isso, diversas cidades fizeram intervenções urbanas coerentes com a adaptação ao novo marco da globalização econômica chamadas de revitalização urbana, requalificação urbana, gentrificação, entre outros termos. (JAYME; NEVES, 2009, p. 611)

O sociólogo e cientista político Lúcio Kowarick (2000, p. 59) destaca:

Vale ressaltar o processo de segregação social de nossas cidades, no qual o papel do Estado tem sido fator importante pelos volumosos investimentos que injeta no tecido urbano. [...] De fato, as cidades como *locus* de produção e consumo, passaram a expressar acirradas formas de segregação socioeconômica.

Nesse contexto das mudanças do uso do espaço público, trazemos o conceito de gentrificação:

Heitor Frúgoli Jr – apoiado nos estudos de Harvey, Anderson e Zukin – afirma que a [...] gentrification – ou ‘enobrecimento’ –, é o processo em que geralmente áreas centrais da cidade são revitalizadas e passam a ser habitadas por grupos sociais de maior poder aquisitivo, com tendência à criação de novos enclaves residenciais e à expulsão dos moradores originais, de baixa renda ou de origem étnica distinta daquela dos novos moradores. (FRÚGOLI JR., 2000)

Em 2004, começou a ser implementada a parte do projeto Centro Vivo – Programa de Requalificação da Área Central, da Prefeitura de Belo Horizonte, que previa a reforma da Praça Rui Barbosa (Praça da Estação), cujo conjunto arquitetônico foi recuperado. A praça teve reforçada sua arquitetura modernista, caracterizada por grandes áreas livres, sem a presença de árvores ou mobiliário urbano. Sendo assim, seu espaço de 12 mil metros quadrados, ocupado apenas pelo Monumento à Civilização Mineira e por torres de iluminação, caracterizava-se por uma “infra-estrutura adequada para manifestações culturais com grande aglomeração de pessoas”, como enfatizava a nota publicada no *site* da Prefeitura<sup>3</sup>.

A chamada “revitalização” da Praça da Estação e do seu entorno contou com a transferência da estação central de trem e conversão do prédio no Museu de Artes e Ofícios, implementado e gerido pelo Instituto Cultural Flávio Gutierrez (ICFG), da empreiteira Andrade Gutierrez.

Desde sua entrega para a sociedade, em agosto de 2004, a Praça da Estação converteu-se rapidamente em espaço para a realização de encontros culturais e religiosos com a presença de grande público.

.....  
3 Disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=politicasurbanas&lang=pt\\_BR&pg=5562&tax=18409](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=politicasurbanas&lang=pt_BR&pg=5562&tax=18409)>. Acesso em: 10 maio 2014.

Em dezembro de 2009, porém, o Decreto nº 13.798<sup>4</sup> passou a proibir eventos de qualquer natureza no local.

Na esteira da tradição contestatória da cidade, em permanente conflito com as políticas de regulamentação municipais e em consonância com ações e movimentos sociais internacionais que clamam por uma nova ordem mundial – que não a imposta pela globalização –, ativistas, artistas e coletivos de anarquistas de Belo Horizonte reagiram ao decreto com a criação da Praia da Estação.

A Praia da Estação pode ser entendida como uma ação coletiva que, por meio de uma *performance* lúdica e bem-humorada, propõe um outro uso ou contrausos para o espaço público como forma de reivindicar sua ocupação democrática, e se articula utilizando-se das novas mídias. Cidadãos de Belo Horizonte, há quatro anos, ocupam a Praça aos sábados de janeiro e em datas-chave ao longo do ano, utilizando roupas e acessórios de praia e “banhando-se” nas suas fontes e com caminhões-pipa.

Desse modo, o presente trabalho pretende analisar como essa ação, a partir de suas características, do que propõe e da forma como seus integrantes se articulam, estabelece uma relação com o poder público, de forma combativa, midiática ou na esfera formal da negociação política.

Partindo do pressuposto que a Praia da Estação adota novas linguagens e estratégias – que diferem dos movimentos sociais tradicionais –, este trabalho, por meio de uma revisão bibliográfica sobre o movimento, versará sobre como suas ações amplificam e potencializam suas mensagens reivindicatórias e suas possibilidades de relacionamento com o poder público.

Apresentamos a Praia e suas principais características. A característica-eixo – a reivindicação de outros usos para o espaço público urbano – perpassa não apenas o segundo item, mas é retomada ao longo de todo o trabalho por se configurar princípio e fim da

.....  
4 Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1017732>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

manifestação. Pretende-se apresentar o objeto, mas sem perder de vista que não se configura como objetivo deste trabalho sua análise em si, mas verificar sua relação com o poder público, através de diálogos forçados e estabelecidos.

Em seguida, no terceiro item, analisamos esses diálogos a partir dos contrausos propostos, da utilização da mídia – alternativa e tradicional – como intermediadora e das negociações em instâncias formais entre a Prefeitura, o legislativo e representantes do movimento.

No quarto item, elencamos ações e movimentos que surgiram a partir da Praia e que contribuíram para a emergência de uma nova linguagem política na cidade.

## A PRAIA DA ESTAÇÃO

*Praia da Estação, Pra-pra-pra-Praia da Estação,  
Praia da Estação, Pra-pra-pra-Praia da Estação.  
Deita no cimento.<sup>5</sup>  
(GRAVEOLA, 2010)*

“Fica proibida a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, nesta Capital”, dizia o Decreto nº 13.798 assinado pelo prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, publicado no *Diário Oficial do Município*, em 9 de dezembro de 2009 e válido a partir do primeiro dia do ano de 2010.

O decreto justificava a proibição de eventos alegando a impossibilidade de limitar o número de pessoas e, assim, garantir a segurança das mesmas e a preservação do patrimônio histórico. A Prefeitura alegava que o patrimônio vinha sendo depredado em função dos eventos no local.

No dia 7 de janeiro de 2010, um *blog* anônimo<sup>6</sup> convocava as pessoas para primeira ação coletiva contra o Decreto, intitulada “vá de branco”. As 50 pessoas que compareceram criaram o grupo de

5 Cantada em ritmo de *funk*, os versos convocam os banhistas para uma *performance* coletiva.

6 Disponível em: <<http://vadebranco.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2014.



e-mail “Praça Livre”, de onde surgiu a ideia de converter a Praça, com suas novas fontes, em uma praia urbana e política, um local onde anarquistas, artistas, ativistas e a população em geral se reuniam com roupas de banho para festejar e protestar. Três anos depois, o jornal *Hoje em dia*, de 16 de fevereiro de 2013<sup>7</sup>, estampa a manchete: “Praia da Estação refresca cerca de 2 mil foliões ao som de marchinhas e maracatus”.

Catalisador dos anseios políticos de parte de uma juventude que ao mesmo tempo em que quer se opor ao projeto especulativo-mercantil das grandes cidades, não reconhece a representatividade dos movimentos sociais “tradicionais” e partidos políticos de esquerda, a Praia se constituiu como uma manifestação horizontal, sem lideranças oficializadas, auto-organizada e destituída de porta-vozes. Entre os seus integrantes-fundadores, chamados de banhistas (assim como todos os posteriores frequentadores), um número expressivo de artistas e agentes culturais contribuiu para dar à ação um caráter lúdico e festivo, recorrendo ao humor como forma de paródia e contestação política. Realizada todos os sábados do início de janeiro até o Carnaval, culminando no primeiro sábado de Carnaval, desde 2011, no Bloco da Praia, a Praia da Estação também abriga eventos “especiais”, como “Praia do Trabalhador” e “Praia de Iemanjá”. Importante ressaltar que, além do caráter lúdico-festivo, a manifestação traz como ponto primordial de sua articulação a mobilização por meio das novas mídias, principalmente, das redes sociais.

Diz o primeiro texto direcionado à imprensa publicado no *blog Praça Livre*<sup>8</sup>:

A manifestação se caracteriza basicamente pela irreverência e descontração, em face à medida do prefeito que visa diminuir as manifestações culturais nas áreas centrais

7 Disponível em: <<http://www.hojeemdia.com.br/minas/prai-da-estac-o-refresca-cerca-de-2-mil-foli-es-ao-som-de-marchinhas-e-maracatu-1.91355>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

8 Disponível em: <<http://prcalivrebh.wordpress.com/>>. Acesso em: 2 mar. 2014.

de Belo Horizonte. Para o movimento, as pessoas deverão ir de \*roupa de banho\* (bermuda, calção, biquíni, maiô, cueca) e levar artigos de praia, tais como bóias, cadeiras, toalhas, guarda-sol, cangas, farofa e a vitrolinha ou o violão. Todos os interessados em discutir a proibição de eventos na praça estão convidados para esmiuçar o tema das revitalizações ocorridas recentemente na cidade e dos decretos de lei que instauram o deliberado loteamento dos espaços públicos. Isso, enquanto curtem o sol e a cidade. Há cinco anos, iniciou-se em regiões da Grande Belo Horizonte um novo processo de higienização urbana, que tem como base elementar a reestruturação de espaços da cidade em consonância com as tendências contemporâneas de uso e desuso especulativo-mercantil das grandes cidades. Além do ostensivo investimento em mecanismos de monitoramento que se espalharam pelos arredores do centro urbano de BH (vide o chamado Projeto Olho - Vivo), tais empreendimentos tendem a sufocar, por vários meios, o encontro espontâneo de indivíduos nas ruas e o livre uso de espaços classificados como 'públicos'. Essas intervenções se definem por moldes dos velhos projetos característicos de todas as modernas cidades erguidas sob os pressupostos unitários do capitalismo: limpeza de aspecto fundamentalmente classista, projetos infra-estruturais de custos estratosféricos, restauração de pontos turísticos e outros. (ALBUQUERQUE, 2013, p. 110)

Entre blocos de Carnaval, guarda-sóis, calção, biquíni, caminhão-pipa, grupos de pagode, caixas de isopor, rodas de capoeira e futebol, contesta-se o espaço público como espaço gerido exclusivamente pelos poderes instituídos, propondo uma forma mais democrática e menos regulamentada de vivenciar a cidade e convertendo o “estar na rua” em um ato político por excelência. Essa “rua em conflito” vai de encontro à imagem-gênese da criação da capital mineira, a cidade cartão postal.

Essa ação coletiva, analisada de forma conceitual, pode ser considerada um movimento social, visto que cumpre os critérios levantados por Alberto Melucci (1996 apud SCHERER-WARREN, 2006, p. 2): “[...] o movimento social, enquanto categoria analítica, é reservado ao tipo de ação coletiva que: envolve solidariedade; manifesta um conflito; excede os limites de compatibilidade do sistema em relação à ação em pauta”. Aqueles que se dedicaram ao seu estudo, como Carolina Abreu e Igor Thiago Oliveira, no entanto, chamam a atenção para o perigo de se estabelecer antigos rótulos para algo marcado pela emergência de novos atores sociais e formas inovadoras de articulação, ou mesmo rótulos rígidos para uma manifestação fluída de ações e sentidos. Conforme Abreu:

Como objeto, a Praia da Estação insiste em ser sujeito. A Praia é movimento social? Intervenção urbana? Ativismo? Evento cultural? Rede de ação direta, irrupção do inesperado, ilusão de participação? Pouco comportada, muito escorregadia e avessa às classificações fáceis, ela se recusa a ser compreendida de forma taxativa: assume uma multiplicidade de formas, ao mesmo tempo em que não se filia a nenhuma delas. Por mais que seja possível identificar nas práticas que a delinham semelhanças e aproximações com outras formas contemporâneas de engajamento e mobilização, a Praia parece sempre escapar das tentativas de aprisionamento conceitual. É objeto em movimento – um movimento descontínuo, desordenado, fluido. (ALBUQUERQUE, 2013, p. 11)

Oliveira (2012, p. 203) também aborda essa conceitualização:

A expressão – movimentação – a nos serviu, portanto, como forma possível de definição da Praia da Estação que melhor traduzisse a morfologia complexa da mesma. Ao nos referirmos à Praia da Estação enquanto – movimentação –, procuramos dar o entendimento de algo que não se deixa encaixar facilmente, de um fenômeno que tangencia

as teorias dos movimentos sociais e que merece aprofundamento teórico-conceitual. Ao longo da literatura com que tomamos contato ao longo da realização dessa dissertação, encontramos diversas formas de conceituar os fenômenos de contestação social na contemporaneidade, cada qual partindo de matrizes filosófico-teóricas e pontos de vista distintos – a respeito do que seja a política, do que seja a ação coletiva, do conteúdo e da composição social dos movimentos, dos sujeitos da ação na contemporaneidade e do que seja a própria sociedade contemporânea: – novíssimos movimentos sociais, – ativismos urbanos, – novos movimentos urbanos, – iniciativas igualitárias, – movimentos autonomistas, – resistência juvenil, – jovens contestadores, – movimentos juvenis contemporâneos, – movimentos sociais em rede – etc.

Essa movimentação – como passaremos a nos referir a partir daqui – teve a seu serviço um ator social fundamental: o artista e/ou agente cultural. Tal presença foi fator preponderante para a criação de possibilidades e ações éticas e estéticas caracterizadas por elementos lúdicos e festivos.

A Praia é, em última instância, uma manifestação que nasce do que pode ser chamada de “arte ativista”, não apenas em função da existência por si só desse grupo social ou de elementos como música e teatro. Foi a práxis desse grupo na elaboração, divulgação e posteriores ressignificações da manifestação que deu à Praia um caráter poético-político.

Para o historiador André Mesquita (2011, p. 29), em seu livro *Insurgências poéticas: arte ativista e ação coletiva*:

[...] passada de coletivo para coletivo, de movimento para movimento, arte ativista pressupõe a escrita de uma *contra-história* para uma cultura de oposição. Quando a estética se aproxima da política em momentos de guerras, conflitos, manifestações e crises, insurgências poéticas engendram novos modos de ação coletiva.

A Praia também se vale de fortes doses de humor, sarcasmo e irreverência, presente no inusitado da criação de uma “praia” em Minas Gerais; nas vestimentas dos banhistas nas quais aparecem pés de pato, óculos de nadar e os mais variados apetrechos; nas músicas acompanhadas de coreografias coletivas; e no tratamento com os representantes do poder público – de um boneco de papel machê representando o prefeito Márcio Lacerda ao aviso “*ei polícia, a Praia é uma delícia*”, para os agentes de segurança sempre presentes no local. Soma-se a isso a dimensão de festa propriamente dita.

O protesto criativo envolve uma necessidade constante de reformar a estética das manifestações, numa tentativa de apagar a carga estereotipada dos movimentos e fazer suas mensagens cheguem a públicos que de outra forma permaneceriam impassíveis. Para isso, os manifestantes utilizam-se de estratégias que envolvem tanto uma organização comunicacional moderna, absorvendo práticas do marketing, da publicidade e propaganda e das relações públicas, quanto um lado artístico-transgressor. O ataque a seus adversários se dá totalmente no plano ideológico, no intuito final de influir sobre suas configurações concretas. (ASSIS, 2006, p. 15)

Podemos destacar como características primordiais da Praia: horizontalidade, ausência de lideranças oficializadas, autogestão e reivindicação do uso democrático do espaço público urbano, sendo essa sua característica-eixo, configurando-se princípio e fim da manifestação.

Apesar do forte caráter de contestação local da Praia da Estação, o conjunto de suas características insere a movimentação no contexto global, onde movimentos, ações e manifestações contemporâneos tensionam o sistema político e econômico vigente – o capitalismo, a globalização, o projeto neoliberal – e acenam com a necessidade do surgimento de uma nova ordem mundial, mais democrática e menos opressora. Sendo assim, a movimentação compartilha

de sentidos e estratégias similares a movimentos globais como o Occupy Wall Street.

Se ao longo desse trabalho argumentamos sobre a existência da conexão entre a Praia da Estação e os movimentos anticapitalistas e antiglobalização do início do século XXI, há que se ressaltar outro possível encontro nos caminhos tortuosos da história: o das movimentações ativistas juvenis em Belo Horizonte com as movimentações sociais que sacudiram vários países no ano de 2011 – Occupy Wall Street, Indignados, Primavera Árabe, Revolta dos estudantes chilenos, dentre outras. Em termos temporais, a ocupação da praça da Estação em Belo Horizonte em forma de uma praia antecipou as ocupações de praças pelos jovens e trabalhadores em várias capitais do mundo. Isso nem de longe significa que estamos dizendo que a Praia da Estação influenciou essas movimentações, obviamente que não, mas o fato é que muitas das características da movimentação social que emergiu em Belo Horizonte no ano de 2010 aparecem de forma, até mais acentuada, nos protestos globais que eclodiram no ano de 2011, ou seja: a forma de ser da Praia da Estação, seu metabolismo e genética, parecem carregar o espírito de determinado período histórico. (OLIVEIRA, 2012, p. 208)

Oliveira ressalta que Belo Horizonte já estava inserida nesse contexto desde o início da década de 2000, com ações como a Mansão Libertina, o Carnaval Revolução e o Coletivo Gato Negro, que incentivaram ações anarquistas ao longo de toda a década e que forjaram parte das lideranças do primeiro momento da Praia da Estação.

A cultura libertária do faça-você-mesmo, o protesto lúdico e criativo, a cultura da horizontalidade, o uso intenso das novas tecnologias da informação e comunicação para organização, mobilização etc., a cultura da cooperação, da subversão, da ação direta, a prática de

conformação de redes, a divulgação e promoção da cultura livre e não-proprietária – expressa pelos temas do software livre, rádio livre, freeganismo<sup>53</sup> etc. – a autonomia e negação das hierarquias, eram as marcas das ações, iniciativas e agenciamentos que abriram janelas para a criação de formas de sociabilidade e contestação do presente e do futuro. E ainda: o Carnaval Revolução sinalizava para a ocupação do espaço público através da mescla entre protesto e festa. (OLIVEIRA, 2012, p. 67-68)

As características lúdico-poéticas da Praia e sua popularização resultaram em um afastamento dos coletivos anarquistas da movimentação – que julgaram existir um esvaziamento dos posicionamentos políticos originais e mais radicalizados – e um maior questionamento sobre a espetacularização do espaço público por ela promovida.

O coletivo Conjunto Vazio, em diversos momentos, problematizou a questão.

É verdade que a Praia permitiu vários e preciosos encontros e a partir dela muitas articulações foram organizadas, por outro lado, isso não impediu que depois de alguns meses ocorresse um certo apaziguamento de suas propostas, fato que acabou transparecendo na recepção da Praia como apenas mais um evento cultural e fetichizado. O que deveria ser um espaço aberto para viver e discutir a utilização da cidade acabou por se tornar um local mais para ver e ser visto, um point obrigatório e descolado. [...] Não se trata de negar o caráter estético e alegre que a Praia TAMBÉM teve, mas de explicitar a hipótese de que houve a perda de um potencial político e questionador em prol de seu lado cultural e lúdico.<sup>9</sup> (A TRADIÇÃO..., 2011)

.....  
9 O Conjunto Vazio é um coletivo anticapitalista e não hierárquico/horizontal de antiarte, intervenção urbana e performance. Texto disponível em: <<http://conjuntovazio.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

Impossível ignorar, no entanto, que a festa e as ações poético-políticas popularizaram a Praia, que passou a atrair um número cada vez maior de pessoas e a atenção da mídia local e de alguns veículos nacionais. Fotos, vídeos e artigos sobre a movimentação também passaram a viralizar na internet. Por meio do Twitter (@pracalivrebh), do *blog* (pracalivre.wordpress.com) mas, principalmente, de perfis pessoais e páginas de outros movimentos no Facebook, os banhistas são convocados para as “praias”, se apropriam e compartilham suas reivindicações. Essa visibilidade foi primordial para o estabelecimento de diálogos com o poder público.

## OUTROS DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Ao não optar pelas estratégias históricas dos movimentos sociais tradicionais, principalmente no que tange à organização institucional, em consonância com uma tendência mundial de reivindicação política, a Praia da Estação estabeleceu novas possibilidades de diálogos com o poder público e com a sociedade de forma mais ampla. Apesar dos que acusam a ação de atrair banhistas afastados ou ignorantes das reivindicações originais, a Praia parece ter sido eficaz no estabelecimento de uma pressão real sobre o poder público e consequente abertura de diálogos.

Esses diálogos se deram no âmbito combativo/propositivo – pelo estabelecimento de outros usos ou contrausos para o espaço, que não os instituídos, previstos ou esperados pela gestão municipal – no âmbito midiático, tendo a mídia tradicional e alternativa como intermediária de argumentos e respostas, e no âmbito das negociações formais. Apesar de se inter cruzarem e ocorrerem em diversos momentos simultaneamente, podemos estabelecer entre os três âmbitos uma ordem no estabelecimento desses diálogos.

Primeiro, a movimentação ocupou a Praça da Estação de forma inusitada e amplificou suas ações por meio das redes sociais. A atenção da mídia foi conquistada e esta, mesmo com alguns veículos tradicionais esvaziando as reivindicações políticas, colocou a Praia na



pauta. A partir da visibilidade conquistada por essas duas formas de diálogo impostas pela movimentação – contrausos e mídia –, o poder público se viu obrigado a abrir negociações formais com representantes da Praia da Estação.

A primeira reação das autoridades municipais foi de surpresa, negação e repressão. “Nos primeiros dias de praia houve um alto funcionário da prefeitura que bradou pelos jornais: ‘eles estão achando que isso aqui é uma democracia grega? Estão enganados’. E dá-lhe polícia”<sup>10</sup>. Ainda de acordo com Oliveira:

O poder público, na figura da Prefeitura de Belo Horizonte, parecia não entender a dimensão daquela festa-protesto. Parecia não entender justamente a escolha do alvo, o prefeito Márcio Lacerda, e tampouco as razões para tamanha contestação. Só por um decreto? Só por uma praça?, perguntavam as forças políticas que ocupavam o executivo municipal. As respostas procuradas apontavam para direções muitas das vezes equivocadas. Mais fácil e cômodo foi entender o que se passava como – conspiração e – insubordinação da oposição. Como era possível para o poder municipal dizer algo diferente naquele momento? (OLIVEIRA, 2012, p. 27)

É importante ressaltar no contexto da análise que propomos aqui, que a movimentação parte, justamente, do questionamento da falta de diálogo do poder público, ao acusá-lo de tomar decisões antidemocráticas à revelia da população.

### Contrausos

Percebe-se que o processo de gentrificação do centro da cidade – empreendido por sucessivas gestões municipais e ampliado pela administração do prefeito Márcio Lacerda, que assumiu o cargo em 2008 –, retornando aos ideais de “embelezamento” da Belo

.....  
10 Trecho de um texto do banhista Guto Borges sobre sua experiência com o Carnaval de rua de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://variavel5.com.br/blog/caps-lock-carnaval/>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

Horizonte haussmeniana, é potencializado pelas atuais necessidades do capital, mais especificamente da especulação imobiliária. A Praça idealizada pelo poder público não é o espaço da convivência, muito menos o do debate político, mas o da ordem, do patrimônio estático.

Nosso problema teórico e prático é o de reconstruir o espaço para que não seja o veículo de desigualdades sociais e ao mesmo tempo, reconstruir a sociedade para que não crie ou preserve desigualdades sociais. Em outras palavras, trata-se de reestruturar a sociedade, de dar uma outra função aos objetos geográficos concebidos com um fim capitalista, ao tempo em que os novos objetos espaciais já devem nascer com uma finalidade social. Para superar a aparente inevitabilidade de ‘contra-finalidade’ própria à matéria inerte, será preciso criar novos mecanismos que revertam as tendências herdadas do modo de produção precedente e inventar outros objetos geográficos dotados de finalidade em consonância com o novo modo e destinados sobretudo a ajudar a liberação do homem e não a sua dominação. (SANTOS, 1980, p. 293)

Vale ressaltar que uma das faces mais perversas desse processo são as práticas de higienização social empreendidas atualmente pelo caráter e a proposta de utilização do espaço público feita pelo Estado. Destacamos aqui a decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), do dia 11 de julho de 2013, que proibiu a Prefeitura de Belo Horizonte e o governo de Minas Gerais de recolherem pertences de moradores de rua na capital. Do jornalista Marcelo Portela, no jornal *O Estado de São Paulo*:

Segundo a desembargadora Teresa Cristina da Cunha Peixoto, a apreensão dos objetos, principalmente documentos de identificação, ‘torna-se prática compatível com o extermínio desse segmento populacional’. A magistrada

observou que há provas no processo de que ‘os agentes do Estado e do município afrontaram preceitos éticos em suas condutas de fiscalização, incorrendo em imoralidade’. Para Teresa Cristina, ‘penalizar as pessoas em situação de rua com a retirada de pertences que lhe permitem um mínimo de dignidade, afronta a razoabilidade e outros princípios que norteiam a administração pública’. Ela ainda citou parecer do Ministério Público Estadual (MPE), segundo o qual ‘esse grupo populacional já vem sofrendo toda sorte de lesões, na medida em que os agentes municipais, com o resguardo da Polícia Militar, têm procedido à apreensão, recolhimento e destruição de objetos pessoais de suma importância para essas pessoas’.

(PORTELA, 2013)

Dessa forma, percebe-se que a Praia da Estação, com seu deboche, a alegria da juventude que dela se apropria, com a população em situação de rua que participa, traz elementos que desconsideram a proposta de uma praça-vitrine. O diálogo estabelecido pelos usos idealizados, permitidos e previstos de um lado, e pelos contrausos subversivos do outro, possui grande carga de tensão política, na medida em que não se trata de um diálogo desejado ou convocado pelos poderes instituídos, e sim reações e respostas não previstas pelo interlocutor. É, porém, nesse diálogo imposto e informal, que reside a força do movimento, não apenas por se configurar sua ação principal e a com maior potencial midiático, mas por subverter os sentidos da tessitura social.

[...] certos contra-usos podem contribuir para politizar ‘taticamente’ uma paisagem urbana também politizada ‘estrategicamente’ pela *gentrification*, para argumentar que a desapropriação de ‘sujeitos’ não reduz o sentido público do espaço urbano, mas pode representar uma reordenação da sua lógica interativa, a partir das apropriações (‘táticas’) dos espaços mediante a construção dos lugares. [...] os *lugares*, quando erguidos

pelos contra-usos no interior dos processos *gentrification*, podem representar formas táticas – espacializadas e simbólicas – de criar singularidades, expressar dissensões e reivindicar direitos. Direitos de pertencer à cidade, de estabelecer itinerários próprios, de fazer do espaço público contemporâneo, enfim, um legítimo espaço político da diferença. Ao contrário de significar uma espécie de ‘privatização’ do espaço público – pelo aparente excesso de segmentação espacializada de modos de conduta pública –, a construção social dos lugares politiza o espaço urbano (qualificando-o como espaço público), na medida em que cada *lugar*, para se legitimar perante o *outro* – e a partir do qual se diferencia –, precisa igualmente ser reconhecido publicamente em sua própria singularidade. (LEITE, 2002, p. 122)

Ao propor uma ocupação democrática do espaço, subverter seus usos idealizados e denunciar os processos de gentrificação, a Praia da Estação contribui para a permanência da praça e de seu entorno como espaço público e não apenas como espaço urbano. Leite (2002, p. 116), a partir de leituras de Arendt e Habermas, sugere:

[...] que um espaço urbano somente se constitui em um espaço público quando nele se conjugam certas configurações *espaciais* e um conjunto de *ações*. Quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente.

Em última instância, são os contrausos, e a visibilidade deles provenientes, que forçam o poder público a estabelecer instâncias mais formais de diálogo para além da força da polícia e dos decretos.

## *Mídia como intermediária*

A forma de ação da movimentação Praia da Estação e os contrausos do espaço por ela proposta, aliada à viralização das informações pelas redes sociais, chamaram a atenção da mídia tradicional e alternativa. Observa-se que a mídia atuou como intermediária de um diálogo entre a Praia e o poder público, muitas vezes despolitizando a proposta da movimentação, mas contribuindo para ampliar sua visibilidade para além dos círculos de seus integrantes. A partir de matérias publicadas sobre a movimentação em jornais impressos, *sites* e *blogs*, que contemplaram falas de representantes do poder público, destacamos alguns momentos.

O jornal *Hoje em dia* publicou, no dia 1 de fevereiro de 2010, uma matéria intitulada “Prefeitura pode abrir a Praça da Estação para grandes eventos culturais”, na qual percebe-se uma primeira grande resposta do poder público. A reportagem abre espaço para um enorme discurso do prefeito no qual o conteúdo é costurado sem sequer citar a Praia da Estação ou as questões levantadas pela manifestação. Na fala do prefeito, nota-se ainda uma tentativa de reduzir e/ou deslegitimar a ação dos banhistas ao sugerir que os mesmos deveriam se posicionar a respeito da pixação:

O prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda (PSB), afirmou na manhã desta segunda-feira (1º) que estuda uma alternativa para viabilizar o uso do espaço da Praça da Estação para grandes eventos culturais, sem prejudicar as estruturas do local. Conforme o prefeito, discussão intensa está sendo realizada para apontar alternativas e a intenção não é restringir, definitivamente, a realização dos eventos. ‘A medida tomada no final do ano (de proibir os eventos) foi provisória, desde primeiro momento sabíamos que precisávamos rever o uso da Praça da Estação. Vamos encontrar uma solução que permita seu uso, com a manutenção de sua integridade. Não podemos é permitir a depredação a que ela estava submetida’, afirmou, emendando que considera importante

a manifestação dos jovens, mas que eles devem também se posicionar a respeito de um grave problema na cidade em que muitos deles se envolvem, a pixação. (BLISSETT, 2010)

No dia 6 de junho de 2010, é publicada no jornal *O tempo* a matéria “Quando o público se torna privado”, que refletia sobre o processo de privatização do espaço público a partir da publicação de um outro decreto – o qual será detalhado mais adiante – que estabelecia valores entre R\$ 9 mil e R\$ 19 mil para a realização de eventos no local.

‘O que é espaço público livre acaba. Vira um espaço público como lugar de marketing’, diz a historiadora e urbanista Myriam Bahia Lopes, professora da Escola de Arquitetura e Urbanismo (EAU) da UFMG, acrescentando que se trata de um movimento mais amplo da sociedade atual. ‘É uma grande briga por ocupação total do espaço público como espaço de marketing. E não sobre espaço como uma questão da vida da cidade’, continua Myriam. ‘O prefeito diz que a população não pode, mas tal empresa pode. Porque quem paga pode’, avalia a pesquisadora. As transformações pelas quais a praça da Estação está passando têm a ver, portanto, com a forma como a cidade e seus espaços são olhados politicamente. ‘Faz parte de uma mentalidade que identifica o espaço público não como um espaço público livre, mas como ‘cidade espetáculo’. A cidade se torna mera tela de projeção para a vida. São opções políticas. ‘Outras cidades tomam outras opções e resistem a essa pressão’ diz a professora. (RESENDE; GUIMARÃES, 2010)

A matéria contém, ainda, uma pequena entrevista com Fernando Cabral, então secretário municipal da regional centro-sul, responsável pela região da Praça da Estação:

Esses valores estipulados pela prefeitura não excluem artistas que querem se apresentar na praça, mas não têm condições de pagar? Nós temos na cidade os projetos Quarteirão do Soul e o Hip Hop. Eles fazem eventos toda semana e eu os isento de taxas, mas nunca pleitearam a Praça da Estação. Agora, é claro que não tem sentido a gente tomar uma praça para um grupo de teatro, lá não é um local adequado a isso. Porque no teatro as pessoas têm que escutar o que está sendo dito. (FERNANDO..., 2010)

Nesse primeiro trecho, a fala do secretário sugere que o processo de isenção de cobranças de taxas passa mais por uma decisão pessoal do que por uma normatização.

Embora tenha ocorrido uma audiência pública, o novo decreto não levou em conta as reivindicações levantadas pela sociedade civil. Por que ela foi excluída desse processo? Primeiro, temos que definir qual é o papel do governo. Nós temos aí um prefeito legitimamente eleito, então não podemos abrir mão do papel de governar. Aqui não é uma democracia grega de criar assembleia em praça pública e decidir os destinos da cidade. Temos obrigação de zelar pelo patrimônio público, um espaço tomado que vinha sendo depredado. Então, criamos um arcabouço que garanta a sobrevivência daquele local. (FERNANDO..., 2010)

Nessa resposta, nota-se que o entendimento de democracia representativa do secretário não contempla instâncias de participação da sociedade civil para além do exercício do voto.

O ponto mais alto desse diálogo ocorreu no dia 4 de julho de 2010. Após a Praia ser noticiada no *blog* de grande audiência nacional, Luis Nassif Online, um dos mais reconhecidos de cobertura política, o prefeito Márcio Lacerda interagiu em seus comentários para responder a um banhista. No texto, o prefeito justifica:

[...] Tal suspensão se deu em virtude das constantes depredações que a Praça vinha sofrendo em função da falta de uma regulamentação clara para a realização de eventos de grande porte. A Prefeitura optou, então, por suspender, temporariamente, a realização de eventos e abrir um debate para construir regras que preservassem a Praça e o direito da população de usufruir dela. (LACERDA, 2010)

O comentário, alguns dias depois, virou um novo post do *blog* que gerou quase 100 comentários, sendo a grande maioria críticas ao texto do prefeito feitas por banhistas. Esse fato destaca a importância do ambiente virtual enquanto espaço de formação de opinião, passando a ser apropriado como arena do debate, inclusive, pelo poder público. Trata-se também de uma oportunidade rara de estabelecer com a gestão municipal um diálogo horizontalizado. A edição 66 da *Revista Piauí*, publicada em março de 2012, trouxe, a partir de uma cobertura da “Praia de Iemanjá”, um histórico da movimentação até aquele momento. A matéria sugere que a manifestação tem sido recebida com espírito esportivo pelo poder público e por meio de sua assessoria de imprensa, o prefeito Márcio Lacerda afirmou que “a prefeitura considera esse movimento normal, parte de todo regime democrático”, e acrescentou que as críticas feitas pelos banhistas à sua gestão são “não procedentes”.<sup>11</sup> Por fim, localizamos a matéria do jornal *O tempo*, de 11 de janeiro de 2014, intitulada “Praia da Estação reúne 600 pessoas no centro da capital”, na qual a Prefeitura responde aos questionamentos de banhistas a respeito das fontes que se encontravam desligadas.

Por meio da assessoria de imprensa, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) informou que os dois conjuntos de fontes da Praça da Estação estão em manutenção há mais de um mês, por isso eles não foram ligados hoje. Apesar

.....  
11 Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-66/esquina/odoia-nas-montanhas>>. Acesso em: 14 abr. 2014.



disso, a prefeitura não soube informar a previsão para concluir o serviço de manutenção. (SIMÕES; MIRANDA, 2014)

Os veículos tradicionais e alternativos contribuíram, em alguma medida, para que a Prefeitura e o legislativo abrissem canais oficiais de diálogo.

### *Diálogos formais*

Forçado pela significativa visibilidade alcançada pela movimentação, o poder público municipal legislativo e executivo estabeleceu canais de diálogos oficiais com a Praia da Estação.

Logo após as primeiras Praias, no dia 29 de janeiro de 2010, a resposta inicial veio em forma de medida institucional: a publicação, pelo prefeito, de um novo decreto, número 13.863<sup>12</sup>, instituindo a Comissão Especial para a Regulamentação de Eventos na Praça da Estação, com o objetivo de discutir parâmetros para a realização de eventos no local.

A síntese das discussões da comissão, composta apenas por representantes de órgãos e secretarias do município, foi publicada em maio, na Portaria n° 02/201035<sup>13</sup>, que definiu novos critérios e estabeleceu novas regras para a utilização do espaço. Com as novas decisões, que versaram sobre o cercamento da praça, a limitação do número de eventos e de público, a cobrança de um valor caução para o caso de danos ao patrimônio público, o decreto inicial foi revogado. O novo decreto, no entanto, gestado e publicado novamente à revelia da sociedade civil, foi duramente criticado por integrantes da Praia da Estação.

No dia 24 de março de 2010, após três meses de movimentação, foi realizada uma audiência pública na Câmara Municipal de Belo Horizonte convocada pelo vereador Arnaldo Godoy. As ausências

.....  
12 Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1022906>>. Acesso em: 21 maio 2014.

13 Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1031525>>. Acesso em: 21 maio 2014.

do prefeito Márcio Lacerda, da então presidenta da Fundação Municipal de Cultura, Taís Pimentel, do então presidente da Belotur, Júlio Pires, e do então secretário de administração regional municipal centro-sul, Fernando Viana, foram questionadas pelos banhistas. O prefeito fora representado pela então vereadora e presidenta da câmara, Luzia Ferreira e, os demais, pela então chefe de gabinete da Secretaria de Administração Regional Municipal Centro-sul, Ângela Maria Ferreira. As discussões foram desde aspectos jurídicos contra o decreto até falas sobre a vitalidade urbana e qualidade de vida na cidade ameaçados por tentativas de disciplina, de limpeza, de ordem e de repressão. Passando por um recado provocativo: “*Se liga aí, prefeito: aqui não tem depredação, não me proíba de ser cidadão, liga a cascata, põe o calção e vem pra Praia da Estação*” (PROTESTO..., 2010), pronunciado pelo banhista Rafael Barros. Luzia Ferreira argumentou ter conversado com o prefeito, em diversos momentos, e que a intenção do decreto não era proibicionista, mas de estabelecer critérios para o uso do espaço. A vereadora pronunciou a frase: “a praça é do povo e que essa é a construção histórica das praças de Belo Horizonte”. (PROTESTO..., 2010)

No dia 17 de junho de 2010, Márcio Lacerda convocou representantes da Praia para uma reunião a portas fechadas na Prefeitura. (MACEDO; MOYSÉS, 2011) Nesse momento, percebe-se o conflito entre os ideais de horizontalidade e da inexistência de líderes e a necessidade de nomeação de representantes. A audiência com o prefeito foi percebida como uma excepcional oportunidade para se posicionar contra a gestão municipal. Porém, as poucas experiências coletivas de debates e decisões na movimentação ficaram em evidência.

A pouca existência de momentos coletivos de debate e tomadas de decisão muitas das vezes contribuiu para que a ação dos praiheiros fossem movidas pela espontaneidade dos desejos e disponibilidade dos indivíduos. Um exemplo

significativo dessa questão aconteceu em 22 de julho de 2010, quando o prefeito Márcio Lacerda convida, com a mediação de um vereador próximo a setores culturais da cidade e da própria movimentação, participantes da Praia da Estação para um reunião, uma espécie de audiência, na prefeitura de Belo Horizonte. A dimensão de importância desse encontro era enorme. Era a oportunidade dos praieiros ocuparem o centro do poder municipal e explicitarem toda sua indignação e posicionamento contra a Administração de Belo Horizonte. Houve um debate na lista de e-mails sobre qual seria a resposta ao convite do prefeito, se praieiros iriam ou não comparecer. Quatro indivíduos se dispuseram a comparecer, mas não discutiram e nem prepararam previamente nada coletivamente para participar da referida reunião. (OLIVEIRA, 2012, p. 170–171)

O áudio dessa reunião, disponibilizado para *download* no servidor Rapidshare<sup>14</sup> revela, na própria voz do prefeito, “novos” motivos que impulsionaram o decreto, como a ameaça da empresária Ângela Gutierrez de fechamento do Museu de Artes e Ofícios devido à alegada depredação e o significativo número de eventos evangélicos na Praça, que vinham reunindo, com frequência, milhares de pessoas. (BLISSETT, 2011) O prefeito disse, ainda, temer uma possível cooptação da movimentação por parte da oposição partidária. Ao todo, a reunião durou mais de uma hora e o prefeito foi fortemente indagado sobre os motivos para o decreto e confrontado com os ideais de espaços públicos abertos e democráticos. A proposta de Márcio Lacerda de criar um espaço de eventos fechado fora do centro da cidade foi rechaçada.

.....  
14 Disponível em: <<http://prcalivrebh.wordpress.com/2011/01/24/audio-da-reuniao-com-a-prefeitura/>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

No dia 27 de setembro de 2011, depois de quase um ano de tramitação na câmara, o prefeito sancionou a Lei nº 10.277<sup>15</sup> (conhecida como Lei da Praça Livre), de autoria do vereador Arnaldo Godoy, que dispõe sobre a realização de atividades artísticas e culturais em praça pública; e o Decreto nº 14.589<sup>16</sup>, publicado na mesma data, que dispõe sobre a apresentação e a manifestação artística e cultural de artistas de rua em logradouros públicos. A partir dessa lei, as atividades em praça da cidade passaram a não depender de autorização municipal, mas desde que não utilizem som mecânico ou montagem de palco, não cobrem ingresso, sejam encerradas às 22h e não obstruam a circulação de pedestres ou veículos.

Em seu quinto artigo, o decreto diz que “a atividade realizada em praça do Município não poderá ser cercada e será gratuita”. Citamos os eventos relacionados à Copa das Confederações e os *shows* promovidos pelo projeto Natura Musical como dois dos diversos exemplos de violação desse artigo. Diz o banhista Gustavo Bones:

Show, teatro com microfone, lançamento do FIT (Festival Internacional de Teatro), evento da Coca-Cola, performance no sinal, bloco de carnaval... tudo como dantes no quartel de Abrantes: cerca, pedágio, entrada e saída, burocracia para autorização. Pra mim, o prefeito ganhou manchetes dizendo que ‘liberou as praças’ ou que ‘eventos não precisam mais de autorização’, mas, na real, as coisas não mudaram quase nada! (MACEDO; MOYSÉS, 2011, p. 14)

Ainda que questionada pelos banhistas e descumprida em eventos oficiais e privados, em junho de 2013, a Lei da Praça Livre, assim como o Decreto nº 13.863, constituíram-se em uma revogação do decreto que deu origem à movimentação.

.....  
15 Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1066636>>. Acesso em: 21 maio 2014.

16 Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1066638>>. Acesso em: 21 maio 2014.

## DESDOBRAMENTOS

A revisão do decreto inicial, no entanto, não foi suficiente para que a manifestação arrefecesse. Antes, pelo contrário, da experiência política propiciada pela Praia emergiu um grupo de atores sociais dispostos a ampliarem o debate sobre a ocupação do espaço público e a própria cidade, bem como a desenvolverem ações independentes da manifestação original, mas que seguiam a mesma tecnologia de articulação.

Se afirmamos que o nascimento da Praia da Estação tem a ver diretamente com as experiências dos coletivos libertários juvenis anteriores a ela – experiências que a influenciaram em sua forma de ser e trouxeram o conteúdo do urbano e do poder municipal para o centro das preocupações – entendemos que a movimentação foi além: ensejou uma cultura de protestos, manifestações e ocupações do espaço público de larga escala na cidade, qual seja: a partir da Praia da Estação o ativismo urbano juvenil em Belo Horizonte saiu do gueto das culturas juvenis mais radicalizadas [...]. Ao redor da Praia da Estação, um conjunto de manifestações culturais e políticas surgiu e se consolidou. A ocupação da praça da Estação aos sábados desenvolveu ramificações que se estenderam para muito além dela: todo um cenário cultural composto por novas e velhas bandas, grupos culturais, artistas, performers etc. ganharam espaço e visibilidade na cidade; surgiram novos agenciamentos entre o jovens; a solidariedade e os laços com outros movimentos sociais se desenvolveram e se fortaleceram; amizades, encontros e aprendizados mútuos entre jovens desejosos por participar politicamente potencializaram coletivamente os desejos individuais de engajamento em algo; o desenvolvimento de uma oposição à administração municipal ganhou corpo e força; uma cultura política jovem marcada pelo deboche, ironia e contestação ao poder se desenvolveu. Poderíamos

afirmar que em algum momento de sua existência a Praia da Estação talvez tenha sido uma das principais forças de oposição política ao prefeito Márcio Lacerda em Belo Horizonte. (OLIVEIRA, 2012, p. 167-169)

Esse grupo, alinhado, entre outras questões, à luta por moradia, criou o Movimento Fora Lacerda, de embate direto com a atual gestão municipal, e engajou-se nas campanhas pelo reconhecimento e regularização de comunidades ocupadas como a Comunidade Dandara, Zilah Spósito e Eliana Silva.

O “espírito” da Praia da Estação, captaneando um novo sentido para as ocupações dos espaços públicos, mais lúdico e artístico, também foi inspiração para o Movimento Viaduto Ocupado, que paralisou as obras do Viaduto Santa Tereza, no entorno da Praça da Estação, utilizando uma “praia” como ponto de partida de sua ação. Esse mesmo *ethos* guiou a criação do Espaço Comum Luiz Estrela, um espaço cultural comum, que se propõe horizontal e autogestionado, criado a partir da ocupação de um casarão histórico abandonado pelo poder público. A Praia da Estação, ainda, contribuiu diretamente para o fortalecimento do Carnaval de rua de Belo Horizonte, ressurgido um ano antes, em 2009, na capital.

A Praia também foi apropriada por outros movimentos, no intuito de marcar a concentração ou finalização de marchas e manifestações, a fim de agregar ainda mais um sentido da luta contra a opressão. Foi o caso da Marcha das Mulheres (conhecida mundialmente como SlutWalk), a Marcha da Maconha, e a Marcha da Liberdade. (MIGLIANO, 2013, p. 49)

Podemos citar também o Movimento Fica Ficus, contra a derrubada das árvores na avenida Bernardo Monteiro e “praias” realizadas em outros pontos da cidade, como a Praça do Cardoso, no Aglomerado da Serra, com o objetivo de chamar atenção para a violência policial

no local, e a “Praia da Savassi”, realizada na Praça da Savassi, então recém-reformada pela Prefeitura.

Tais desdobramentos indicam que o movimento foi responsável pelo surgimento e pela consolidação de uma nova linguagem política na cidade e para a cidade, que estabelece novas formas de reivindicações e relacionamento com o poder público. Segundo o banhista Guto Borges, em um relato sobre o Carnaval de rua de 2013:

É claro que existe aí uma reivindicação claríssima sobre a apropriação do espaço público em uma cidade que, lentamente, vai os perdendo. Nesse sentido é reativo. Mas para, além disso, existe aí, tanto em um quanto em outro, uma nova língua política em gestação. Uma língua que ainda está sendo experimentada, ou ainda, recuperada. E é uma língua de liberdade. (BORGES, 2013)

Conforme Igor:

Percebemos também que as críticas mais gerais sobre os rumos das transformações urbanas e sobre a política municipal – julgada autoritária, repressiva e produtora de uma cidade do controle – e privatizada de acordo com os ditames do capital trazidas pelos ativistas do campo libertário à Praia da Estação parecem ter sido potencializadas e complementadas pelo desenvolvimento de um olhar por parte dos participantes praieiros que podemos definir como vigilante – sobre a cidade e sobre o poder municipal. Essa vigilância atenta a questões que cercavam a cidade e a prefeitura produziu, em nosso entender, um conjunto de informações que comunicava e dava visibilidade a um ethos – do dissenso em Belo Horizonte [...]. A partir da Praia da Estação, poderíamos afirmar que a contestação e crítica juvenis sobre os rumos do desenvolvimento e dos destinos da cidade saíram de uma dimensão mais restrita – qual seja: a dos – subterrâneos – dos círculos libertários juvenis – e ganharam uma dimensão mais ampla que abarcou um número maior de jovens ativistas e cidadãos,

ganhando uma visibilidade igualmente mais ampliada. A Praia da Estação contribuiu, portanto, para que o debate sobre a questão urbana ganhasse uma dimensão mais visível e pública. (OLIVEIRA, 2012, p. 192-201)

Essa nova linguagem política emergente, em sua forma e conteúdo mais acessível e palatável do que a até então praticada pelos coletivos anarquistas, contribuiu para democratizar para além do círculo dos banhistas as críticas sobre a política pública municipal.

## CONCLUSÃO

A movimentação Praia da Estação, surgida em 2010 para questionar o decreto que proibia a realização de eventos na Praça da Estação, está em consonância com a história contestatória da cidade, em permanente conflito contra as tentativas de regulamentação do espaço público empreendidas pelos poderes instituídos. Autogestionada, horizontal, marcada por ações lúdicas e debochadas, e utilizando-se das novas mídias sociais, a Praia assemelha-se a movimentos internacionais contemporâneos antiglobalização e anticapitalismo e surge na esteira dos movimentos anarquistas da década de 2000 da capital mineira.

Rompendo com as estratégias dos movimentos “tradicionais” e com uma linguagem mais acessível e menos radicalizada do que a proposta pelos coletivos anarquistas, a Praia da Estação conseguiu estabelecer novas formas de diálogo com o poder público e com a sociedade de uma forma mais ampla, nos âmbitos combativo/propositivo dos contrausos, midiático – utilizando-se da mídia tradicional e alternativa como intermediária – e das negociações formais. Por meio dessas instâncias de diálogos, a movimentação conquistou sua reivindicação inicial – a revogação do decreto –, mas os seus objetivos há muito já ultrapassavam essa questão.

A Praia virou um mar de possibilidades. A vivência política fez emergir um novo grupo de atores sociais atentos às questões da



gestão municipal que julgavam autoritárias e dispostos a problematizar os usos instituídos dos espaços públicos na cidade. A Praia da Estação possibilitou o surgimento em Belo Horizonte de uma nova linguagem política, ancorada em uma rede de solidariedade engajada em diversas questões, como a luta por moradia, e desdobrando-se em uma série de movimentos e ações.

Sem querer estabelecer aqui uma visão simplista pinçada da teia de elementos complexos, históricos e sociais que culminaram na realização da Praia da Estação, é importante ressaltar o papel do poder público como propulsor da movimentação. A ação foi, antes de tudo, uma resposta da população mobilizada ao decreto e à gestão municipal. Um grito de “não” e uma convocação para o debate em forma de alegria, Carnaval, caminhão-pipa, biquíni e pé de pato. A insistente recusa ao diálogo por parte da Prefeitura fez com que alargasse a própria necessidade de diálogo e diversos outros pontos – que convergiam para um mesmo questionamento sobre a política pública para a ocupação urbana – foram levantados, debatidos. Os gritos e as convocações para o debate agora passaram a ser múltiplos, incontáveis, impossíveis de serem regulamentados. Ao poder público, restou dialogar.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. A. “*Ei, polícia, a praia é uma delícia*”: rastros de sentidos nas conexões da Praia da Estação. 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

ASSIS, É. G. de. *Táticas lúdico – midiáticas no ativismo político contemporâneo*. 2006. 274 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

BLISSETT, L. Prefeitura pode abrir a Praça da Estação para grandes eventos culturais. *Jornal hoje em dia*, Belo Horizonte, 1 fev. 2010. Disponível em: < <https://prcalivrebh.wordpress.com/2010/02/02/sai-na-midia-comercial/>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

- BLISSETT, L. Áudio da reunião com a Prefeitura. *Praça livre BH*, Belo Horizonte, jan. 2011. Disponível em: < <https://pracalivrebh.wordpress.com/2011/01/24/audio-da-reuniao-com-a-prefeitura/>>. Acesso em: 14 abr. 2014.
- BORGES, G. Confundir: Carnavais e revoluções. *Variável 5*, Belo Horizonte, 1 fev. 2013. Disponível em: < <http://variavel5.com.br/blog/caps-lock-carnaval/>>. Acesso em: 11 abr. 2014.
- BRANT, V. C. *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996.
- CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34; EDUSP, 2003.
- DUARTE, R. H. À sombra dos ficus: cidade e natureza em Belo Horizonte. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 25-44, jul./dez. 2007.
- FERNANDO Cabral Secretário municipal da Regional Centro-Sul, responsável da Prefeitura de Belo Horizonte pela região da praça da Estação. *O tempo*, Belo Horizonte, 5 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/1.577397>>. Acesso em: 19 out. 2016.
- FRÚGOLI JR., H. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez; EDUSP, 2000.
- GÓIS, A. J. *Parque Municipal de Belo Horizonte: público, apropriações e significados*. 2003. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- GRAVEOLA. *Teaser praia da estação 2*. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4mEzQrF6vOM>>. Acesso em: 19 out. 2016.
- JAYME, J. G.; NEVES, M. de A. Shoppings populares: repensando o uso do espaço público em Belo Horizonte. In: AZEVEDO, S.; NABUCO, A. L. *Democracia participativa: a experiência de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Leitura, 2009.
- KOWARICK, L. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- LACERDA, M. O movimento da praia, em BH. *Luis Nassif Online*, Belo Horizonte, 1 jul. 2010. Disponível em: <<http://advivo.com.br/comentario/re-a-movimento-da-praia-em-bh-41>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

- LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangueira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 115-134, jun. 2002.
- MACEDO, C.; MOYSÉS, J. Se essa rua fosse nossa. *Revista Marimondo*, Belo Horizonte: Canal C, 2011.
- MESQUITA, A. *Insurgências Poéticas: arte ativista e ação coletiva*. São Paulo: Annablume: Fapesps, 2011.
- MIGLIANO, Milene. Praia da Estação como Ação Política. Relatos de experiências, vivências e encontros. *Revista Redobra*, Salvador, 2013.
- OLIVEIRA, I. T. M. Uma “Praia” nas Alterosas, uma “antena parabólica” ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. 2012. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- PORTELA, M. Justiça proíbe prefeitura de BH de recolher pertences de moradores de rua. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 jul. 2013. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,justica-proibe-prefeitura-de-bh-de-recolher-pertences-de-moradores-de-rua,1052882>>. Acesso em: 19 out. 2016. Data de acesso: 19/10/2016
- PROTESTO da audiência pública que debateu o uso da Praça da Estação. Produção: Luther Blissett. Imagens: Revista Ragga. Belo Horizonte, 24 mar. 2010. Son., color. Disponível em: <<https://prcalivrebh.wordpress.com/2010/04/15/video-protesto-da-audiencia-publica-que-debateu-o-uso-da-praca-da-estacao./>>. Acesso em: 14 abr. 2014.
- RESENDE, D.; GUIMARÃES, J. Quando o público se torna privado. *O tempo*, Belo Horizonte, 5 jun. 2010. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/quando-o-p%C3%BAblico-se-torna-privado-1.242554>. Acesso em: 19 out. 2016.
- SANTOS, M. Reformulando a sociedade e o espaço. *Revista de Cultura Vozes*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- SCHERER-WARREN, I. Das ações coletivas às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SIMÕES, L.; MIRANDA, B. Praia da Estação reúne 600 pessoas no centro da capital. *O tempo*, Belo Horizonte, 11 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/praiada-esta%C3%A7%C3%A3o-re%C3%BAne-600-pessoas-no-centro-da-capital-1.772139>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

A TRADIÇÃO praieira insurgente de Belo Horizonte. *Coletivo Conjunto Vazio*, Belo Horizonte, 28 maio 2011. Disponível em: <<https://comjuntovazio.wordpress.com/tag/piscinao-de-ramos-de-belo-horizonte/>>. Acesso em: 19 out. 2016.